

## FARM BILL PODERÁ SER VOTADA EM COMITÊ NO DIA 15 DE MAIO

O Presidente do Comitê Agrícola na Câmara, Deputado Frank Lucas (republicano de Oklahoma), anunciou que, possivelmente no dia 15 de maio, a lei agrícola norte-americana irá à votação, com a possibilidade de apresentação de emendas pelos parlamentares.

A posição de Lucas contrariou o líder da maioria, o Deputado Eric Cantor (republicano de Virginia), que também controla a agenda do Plenário. Cantor havia sugerido um tempo adicional para assegurar os votos para a lei na Câmara. Em 2012, a lei agrícola foi aprovada em Comitê na Câmara, mas o agendamento de voto em plenário pelos líderes parlamentares não foi permitido por falta de apoio à legislação. Antes da votação em Comitê, Lucas mencionou que conduzirá reuniões (*listening sessions*) para discussão de alguns aspectos da lei.

Durante uma reunião com o BIC, realizada no dia 22 de abril, assessores-chave do Comitê Agrícola declararam que a eleição de 2012 travancou o processo de aprovação, entretanto, eles continuam otimistas com a possibilidade de uma nova *farm bill* em 2013. Os assessores afirmaram também que o ponto de partida na Câmara será a proposta de lei apresentada no ano passado, com possíveis alterações, porém diferente da versão do Senado. De acordo com reportagens, Lucas irá propor cortes significantes na proposta, especialmente no programa de assistência alimentar (SNAP) e programas de conservação, com o objetivo de alcançar economias de US\$38 bilhões (ao invés de US\$35 bilhões no ano passado). Além disso, os assessores da Câmara afirmaram que a intenção do líder da Câmara, Deputado John Boehner, é aprovar a proposta de lei no plenário até o dia 4 de julho, isto é, antes do recesso parlamentar.

Quanto ao Senado, a líder do Comitê Agrícola, Senadora Debbie Stabenow (democrata de Michigan), também anunciou planos de encaminhar a legislação para votação na primeira ou segunda semana de maio. O debate terá como base a proposta de lei aprovada pelo Senado no ano passado, com reduções orçamentárias que totalizam US\$23 bilhões. O líder da maioria no Senado, Senador Harry Reid (democrata de Nevada) afirmou que deseja debater a *farm bill* no plenário no final de maio ou início de junho.

Em abril deste ano, os Deputados Ron Kind (democrata de Wisconsin) e Earl Blumenauer (democrata de Oregon) rerepresentaram a proposta de lei que elimina os pagamentos no valor de US\$147 milhões ao ano, para o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Kind e Blumenauer afirmaram que estes pagamentos, resultantes do acordo para evitar retaliação do Brasil aos EUA no âmbito da OMC, são uma "política pública absurda" e que os Comitês de Agricultura não estão dispostos a fazerem as reformas necessárias para eliminar estes pagamentos. Nota-se que uma vez que cessarem os pagamentos ao IBA, os EUA estariam violando o acordo, e o Brasil estará no direito de retaliar.

Esta é a terceira vez, nos últimos dois anos, que o Congresso norte-americano inicia o processo de aprovação da lei agrícola. Neste momento, as lideranças do Senado e Câmara aparentam estar dispostas a agendarem o voto da questão em plenário. O maior obstáculo será o programa SNAP, que tem apoio do Senado, mas não o da Câmara.

A atual lei agrícola é resultante da prorrogação da lei de 2008 e expira no dia 30 de setembro de 2013.

### Nesta Edição

|  |         |
|--|---------|
| Reforma do processo de concessão de isenções tarifárias          | Pág. 02 |
| Visita da presidente Dilma aos EUA deve acontecer ainda este ano | Pág. 03 |
| EUA solicita comentários sobre acordo com União Européia         | Pág. 04 |
| Parceria Transpacífica: próximos passos                          | Pág. 05 |
| Barreiras comerciais e política monetária da China               | Pág. 05 |



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

## Reforma do processo de concessão de isenções tarifárias

---

*Miscellaneous Tariff Bill (MTB) é uma proposta de lei que suspende as tarifas de importação para diversos itens.*

Na atual economia globalizada e de alta tecnologia, empresas norte-americanas necessitam de uma série de materiais especializados, como certas fibras ou produtos químicos, que muitas vezes não são produzidos nos Estados Unidos. No entanto, as tarifas sobre importação de materiais especializados produzidos no exterior pode elevar os custos, colocando os fabricantes norte-americanos em desvantagem. Em alguns casos, as tarifas sobre essas importações especializadas são tão caras que as empresas decidem transferir a sua produção para o exterior, com a redução do emprego nos Estados Unidos.

Tal argumento foi utilizado pelos Senadores Rob Portman (republicano de Ohio) e Claire McCaskill (democrata de Missouri), no dia 23 de abril deste ano, durante a reintrodução da proposta de lei, intitulada 'Lei sobre o Processo de Suspensão Temporária de Tarifas – S.790', que visa reformar o processo de concessão de isenções tarifárias.

As regras atuais permitem às empresas norte-americanas, que necessitam de materiais do exterior, a obtenção de isenções tarifárias. O Congresso tem aprovado regularmente um conjunto de propostas de lei, que concedem preferências tarifárias para centenas de insumos utilizados na produção local. Esse pacote legislativo é conhecido como *Miscellaneous Tariff Bill (MTB)*.

Entretanto, este processo é caro e complexo. A proposta de concessão de preferências tarifárias deve ser apresentada por um membro do Congresso norte-americano, em forma de projeto de lei, que, por sua vez, é encaminhada à Comissão de Comércio Internacional (*International Trade Commission – ITC*), para análise do seu impacto no comércio e aos fabricantes norte-americanos. Somente depois de aprovadas, as preferências tarifárias são incluídas ao MTB. Para tanto, as empresas necessitam contratar lobistas, prática que coloca as pequenas empresas em desvantagem.

A legislação proposta por Portman e McCaskill visa simplificar o processo de suspensão de tarifas, permitindo que as empresas enviem suas propostas diretamente para a ITC. A Comissão revisa e aprova a proposta, que então é enviada ao Congresso para aprovação final. O projeto de lei autoriza o novo processo em três rodadas (2013, 2015 e 2018). O projeto, que requer revisão abrangente de todos os possíveis itens elegíveis em 2015 e 2018, inclui uma exceção para a rodada de 2013, a fim de que o processo possa ser implementado em tempo hábil.

## Comitê de Finanças do Senado realiza audiência sobre TPP

---

No dia 24 de abril, o Comitê de Finanças do Senado norte-americano realizou audiência para debater sobre as negociações do acordo de livre comércio transpacífico (TPP).

O presidente do comitê, o senador Max Baucus (democrata de Montana) afirmou, durante a audiência, que os Estados Unidos precisam capitalizar a oportunidade da TPP e o ritmo de crescimento econômico acelerado das economias asiáticas, com o objetivo de aumentar as exportações e criar empregos em todo o país.

O senador Orrin Hatch (republicano de Utah) ressaltou que as oportunidades apresentadas pela TPP são reais, mas também há desafios para o alcance de um acordo que forneça verdadeiro acesso para os Estados Unidos aos mercados de bens e serviços. O senador Chuck Grassley (republicano de Iowa) reconheceu o grande potencial para a agricultura, indústria e empresas norte-americanas, especialmente com adesão do Japão ao grupo. Mas advertiu que o Congresso deve ficar atento para garantir que regras sanitárias e fitossanitárias sejam respeitadas.

Para assistir a audiência completa, acesse o seguinte site:

<http://www.finance.senate.gov/hearings/hearing/?id=03508528-5056-a032-526a-67ec511d1ced>

## Visita da presidente Dilma aos EUA deve acontecer ainda este ano

---

A presidente Dilma Rousseff fará uma visita aos Estados Unidos, a primeira como líder de Estado, provavelmente em outubro deste ano. Funcionários da Casa Branca comunicaram a visita sob condição de anonimato pois o governo norte-americano ainda não anunciou a viagem. A visita de Estado, que inclui formalidades como um jantar *black-tie* e uma cerimônia militar no momento da chegada, é geralmente reservada para parceiros estratégicos mais próximos dos EUA. A possível visita é muito positiva para o Diálogo Comercial Brasil-EUA, co-presidido pelo Departamento de Comércio norte-americano (DOC) e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pois demonstra uma valorização do relacionamento entre os dois países.

O encontro poderá motivar um avanço nas negociações de um tratado para evitar a dupla tributação de empresas brasileiras e norte-americanas e estreitar o comércio entre as duas maiores economias das Américas. A economia brasileira, que continua relativamente fechada às importações, e seus 200 milhões de habitantes são vistos como um grande mercado potencial de crescimento para as empresas norte-americanas.

O último encontro do Diálogo Comercial Brasil-EUA aconteceu nos dias 25 e 26 de fevereiro deste ano, e o próximo poderá acontecer ainda este ano no Brasil. A visita da presidente Dilma deverá acelerar o ritmo das negociações e ampliar a participação dos setores privados brasileiro e norte-americano.

## FSMA: extensão do período de consultas públicas

---

*A Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA) institui novos sistemas de fiscalização preventiva da cadeia produtiva de alimentos.*

A Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos (FDA) prorrogou o prazo para as consultas públicas, até o dia 16 de setembro de 2013, para as seguintes propostas regulamentares da Lei de Modernização da Segurança Alimentar (FSMA):

- Regra de Controles Preventivos: obriga as instalações de alimentos a monitorar seus controles, verificando a sua eficácia, tomando as medidas apropriadas para a correção de quaisquer problemas, bem como mantendo os registros que documentam essas ações.  
<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2013-04-26/pdf/2013-09763.pdf>
- Regra de Segurança de Padrões de Cultivo: estabelece padrões de segurança para o cultivo, colheita, embalagem e armazenamento de frutas e verduras em fazendas estrangeiras e domésticas.  
<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2013-04-26/pdf/2013-09761.pdf>
- Regra de Avaliação Qualitativa dos Riscos de Atividades/Combinações de Alimentos Realizadas em Instalações de Fazenda de Tipo Misto: promove análise científica sobre os riscos relacionados às atividades de produção de alimentos que seriam considerados de baixo risco.  
<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2013-04-26/pdf/2013-09762.pdf>

### **Special 301: Brasil Permanece na Lista de Observação do USTR**

Em fevereiro deste ano, o BIC participou, juntamente com a FIESP, CNI e CEBEU, de uma consulta pública, solicitando a remoção do Brasil da lista de países que não promovem proteção adequada dos direitos de propriedade intelectual, mais conhecida como *Special 301*.

Entretanto, de acordo com o relatório divulgado no dia 1º de maio deste ano pelo Representante Comercial dos Estados Unidos (*United States Trade Representative - USTR*), o Brasil permanece na lista de observação em 2013. No relatório, o USTR destaca o progresso nos esforços de combate à pirataria no Brasil, mas demonstra preocupação com as normas recentes que autorizam a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA) a analisar pedidos de patentes farmacêuticas, contrariando um parecer anterior que determinou que a agência não teria essa autoridade.

A PhRMA, representante da indústria farmacêutica norte-americana, também mostrou-se preocupada com as questões das patentes farmacêuticas no Brasil e, em petição apresentada ao USTR, solicitou a inclusão do Brasil na lista prioritária do Special 301, que inclui a Argentina, Chile, China, Índia e Rússia.

O relatório ainda destaca os problemas de pirataria e falsificação no Brasil, assim como as violações de direitos autorais no ambiente digital. Por fim, o USTR incentiva o Brasil a fortalecer os esforços de fiscalização nas fronteiras e solucionar o problema de atraso no processo de revisão, assim como o acúmulo, de patentes pendentes.

O BIC, como a entidade que representa o setor privado brasileiro nos Estados Unidos, continuará trabalhando com o objetivo de remover o Brasil da lista de observação do Relatório *Special 301*.

O relatório pode ser acessado através do seguinte link:

<http://www.ustr.gov/sites/default/files/05012013%202013%20Special%20301%20Report.pdf>

## EUA solicita comentários sobre acordo com União Européia

---

A Comissão Internacional de Comércio, a pedido do Representante Comercial Dos Estados Unidos (USTR), iniciou em abril uma consulta pública sobre o provável impacto econômico das importações da União Europeia isentas de tarifas. Os comentários deverão ser entregues até dia 18 de junho, e o relatório final será emitido ao USTR no dia 26 setembro.

Esta investigação analisará o impacto das importações de todos os países da União Europeia sobre as empresas norte-americanas, e considerará artigos descritos nos capítulos 1 a 97 do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias dos Estados Unidos.

Além disso, durante um evento sobre o acordo de livre comércio, em abril deste ano, a vice-representante comercial norte-americana, Embaixadora Miriam Sapiro, afirmou que os Estados Unidos mantêm uma agenda ambiciosa de negociações. Tal agenda busca a total eliminação de tarifas; o progresso substancial na redução de barreiras não tarifárias, regulamentares e outras; e o progresso nas disciplinas que abordam os desafios emergentes para o comércio mundial, como empresas estatais e barreiras de conteúdo local. A Embaixadora Sapiro afirmou que o momento é propício para este acordo e destacou a existência de grande vontade política, em ambos os lados do Atlântico, para uma negociação de sucesso. Ela também mencionou a notificação formal, anunciada no dia 20 de março pela administração Obama ao Congresso, de sua intenção de iniciar negociações com a União Europeia e convidou o público a participar do processo de consulta pública através do Diário Oficial norte-americano, cujo prazo é até o dia 10 de maio.

A consulta pública almeja comentários sobre os interesses e prioridades de empresas norte-americanas sobre o acordo com a Europa a fim de desenvolver posições de negociação.

## Parceria Transpácífica: próximos passos

---

Os ministros de comércio dos 11 países membros da Parceria Transpácífica (TPP) reuniram-se entre os dias 20 e 21 de abril, no âmbito da APEC (Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), para discutir os próximos passos nas negociações da TPP. Na ocasião, os líderes também abordaram o interesse do Japão em aderir à parceria.

No encontro celebrado em Surabaya na Indonésia, os líderes dos países da TPP comprometeram-se a adotar as medidas necessárias para alcançar a conclusão do acordo ainda este ano. Entre as questões mais desafiadoras permanecem: as questões de propriedade intelectual, os pacotes de acesso aos mercados de bens, serviços e investimentos, e compras governamentais.

Antecipando a próxima rodada, que acontecerá entre os dias 15 e 24 de maio em Lima no Peru, e cedendo ao pedido dos Estados Unidos, os ministros aceitaram considerar a possibilidade de integrar o Japão ao grupo. Segundo as regras do grupo que negocia a TPP, as 11 nações envolvidas no tratado devem aprovar a participação do Japão.

Com a entrada do Japão, os países da TPP representam quase 40 por cento do PIB global e cerca de um terço de todo o comércio mundial. Os ministros da TPP observaram que a participação do Japão na negociação irá ressaltar a importância econômica da TPP e sua promessa como um caminho em direção a uma Área de Livre Comércio na Ásia e no Pacífico.

Para maiores informações, acesse o seguinte site:

<http://www.ustr.gov/tpp>

## Barreiras comerciais e política monetária da China

---

No dia 1º de abril, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) emitiu o seu relatório anual sobre barreiras comerciais, o *National Trade Estimate (NTE Report)*. O objetivo desta publicação é identificar as barreiras externas às exportações norte-americanas de bens e serviços, investimento estrangeiro direto e de proteção aos direitos de propriedade intelectual, assim como as ações para remover essas barreiras.

O USTR afirmou que os dados contidos neste relatório representam uma das fontes mais importantes de informação para o *Inter Trade Center Enforcement (ITEC)*. Ele também sugeriu que o ITEC, que já começou a desempenhar um papel fundamental em várias ações de fiscalização, vai concentrar seus esforços nas barreiras identificadas no relatório NTE, incluindo duas na China.

No dia 12 de abril, o Departamento do Tesouro norte-americano apresentou ao Congresso o seu relatório semestral sobre políticas cambiais, no qual se recusou a nomear a China, ou qualquer outro parceiro comercial importante, como manipulador de moeda. Contudo, a análise sobre as políticas cambiais das dez maiores economias mundiais - correspondendo a 72% do comércio exterior dos EUA - indica que, enquanto todas as economias avançadas têm taxas de câmbio totalmente flexíveis, existem várias grandes economias emergentes, especialmente na Ásia, que ainda manipulam suas taxas cambiais em diferentes níveis.

Assim sendo, o Tesouro afirmou a necessidade de uma maior flexibilidade e transparência da taxa de câmbio nessas economias, bem como uma maior disciplina nas intervenções reais e verbais. O Tesouro afirmou ainda, que desde seu último relatório, divulgado em novembro de 2012, o yuan chinês permaneceu "significativamente desvalorizado". E afirma que "a intervenção no mercado cambial em larga escala foi retomado".

## Reforma no gabinete presidencial de Obama está quase concluída

---

Três meses após tomar posse para um segundo mandato, o presidente norte-americano Barack Obama faz últimas mudanças em seu Gabinete ministerial.

No dia 29 de abril, o Presidente Obama nomeou o prefeito de Charlotte na Carolina do Norte, Anthony Foxx, para servir como seu Secretário de Transporte, substituindo Ray LaHood. Se confirmado pelo congresso, ele se tornará o segundo afro-americano no atual gabinete de Obama, juntamente com o procurador-geral Eric Holder, do Departamento de Justiça.

No dia 1º de maio, a Casa Branca indicou Michael Scuse como vice-secretário interino para o Departamento de Agricultura, substituindo Kathleen Merrigan, que está deixando o USDA. Scuse atuava como subsecretário para agricultura e como membro do conselho de administração da *Commodity Credit Corporation* desde que foi confirmado para o cargo há um ano.

No dia 2 de maio deste ano, o presidente Obama nomeou a empresária Penny Pritzker para o cargo de Secretária de Comércio. Pritzker é chefe-executiva do grupo Pritzker Realty e uma das mulheres mais ricas dos Estados Unidos. O Departamento de Comércio está sem dirigente em tempo integral desde que John Bryson renunciou em junho do ano passado. Obama nomeou também Michael Froman, atual conselheiro da Casa Branca para assuntos econômicos internacionais, para o cargo de Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR). As nomeações deverão passar por processo de confirmação no Senado.